

Até no FMI, um clima melhor para o Brasil.

Os progressos são lentos, mas uma nova sensibilidade já pode ser detectada no comunicado do Comitê Interino.

Costuma-se dizer que, após a publicação do comunicado do Comitê Interino — o órgão dirigente do Fundo Monetário Internacional —, a reunião anual do FMI - Banco Mundial está terminada, ainda que não tivesse começado. De fato, será somente hoje que o grande **show** das finanças internacionais se iniciará na grande sala de baile do Hotel Sheraton. Domingo à noite houve um primeiro ensaio, com o coquetel que reunia mais de cinco mil pessoas, mais preocupadas em obter bebida e comida do que em discutir os problemas internacionais.

Fato novo: este ano os membros do Comitê Interino puderam participar do coquetel, pois, pela primeira vez, este órgão conseguiu encerrar seus trabalhos no horário previsto. É o sinal de um certo consenso entre os participantes ao qual já nos havíamos referido ontem. Não se deve concluir, todavia, que tal consenso reflita o cansaço dos participantes. Ao contrário. Especialmente quanto ao problema da dívida externa, o Comitê Interino está progredindo, ainda que a passos lentos, como deve um organismo que parece ter por modelo a Igreja Católica.

Existe certa arte para ler o comunicado, sempre elaborado com matizes que a entrevista coletiva de ontem de manhã permitiu esclarecer. Uma leitura rápida poderia levar o Brasil a uma grande decepção quando o comunicado especifica — visando, sem nenhuma dúvida, o nosso país — que “as iniciativas unilaterais apresentam grandes riscos para todas as partes”, isto é, os credores e os devedores. É uma satisfação dada aos membros mais conservadores do Comitê, mas tal afirmação deve ser interpretada em função do texto integral.

É um fato importante que o Comitê Interino tivesse dedicado uma tarde inteira à discussão do problema da dívida externa. Um passo à frente quando o comunicado reconhece que, “para ser resolvido, o problema do endividamento exigirá mais tempo do que se havia inicialmente previsto”. Continua a se repetir que o FMI exerce um papel central na estratégia do problema da dívida. Em compensação, o Comitê recebe com satisfação a diversificação crescente das fórmulas de financiamento recentemente negociadas entre credores e devedores, acrescenta. “Convém particularmente destacar a criação não somente de diversas formas de novos títulos e novos instrumentos financeiros como também as fórmulas que não geram um crescimento da dívida.” O Brasil pode achar tal abertura um ponto positivo.

Quando o comunicado reconhece a necessidade de estudar fórmulas para os países mais pobres obterem taxas de juros menores sobre seus empréstimos oficiais, podemos considerar que os países mais ricos abrem uma comporta que poderá ser utilizada mais tarde pelo países endividados menos pobres.

O Comitê Interino aceitou prorrogar por mais um ano as facilidades ampliadas de crédito, que havia pensado em extinguir no exercício de 1988. Aceita que o **board** do FMI estude as normas da condicionalidade. São progressos importantes quando se conhece a lentidão das decisões nos organismos internacionais. A nova revisão de cotas do FMI, isto é, um aumento do capital da instituição, começou a ser estudada.

A nova modalidade de ajuda aos países mais pobres (Facilidade de Ajustamento Estrutural — **SAF**, criada em 1986) deve ter novos recursos importantes, especialmente provenientes do Japão. Isso mostra uma sensibilidade nova do FMI. Existem progressos, mas são lentos. No entanto, são suficientes para esperar que, diante do agravamento da situação dos países endividados, nos próximos anos se chegue a soluções mais imaginosas que, compulsoriamente, passarão por um engajamento maior dos governos. É a leitura mais apropriada que se deve fazer do comunicado do Comitê Interino.

Robert Appy, de Washington



Camdessus e Conable, dirigentes do FMI e Bird, na reunião do Comitê Interino.

FALAM OS CREDORES

O presidente do **Commerzbank AG**, Walter Seipp, manifestou-se, ontem em Washington, otimista quanto à possibilidade de se chegar a um acordo com o Brasil, porém afirmou que a economia brasileira teria de sofrer algum tipo de observação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em entrevista coletiva, Seipp disse não estar disposto sequer a considerar o pedido brasileiro para que os bancos comerciais concedam novos empréstimos em valor superior a US\$ 10 bilhões.

Enquanto o ministro das Finanças da França, Edouard Balladur, dizia ontem na capital norte-americana que “o Brasil é um grande país e poderá repetir a experiência positiva do México para superar seus problemas de endividamento externo”, havia comentários em Washington de que os mexicanos poderiam adotar uma nova estratégia para negociar sua dívida externa, de US\$ 105 bilhões. Isso porque, embora o México tenha conseguido até agora as melhores condições possíveis na reestruturação dos débitos entre todos os países devedores, o serviço dessa dívida consome anualmente recursos multimilionários.

Também a Argentina, que já fez um acordo com o FMI, parece adotar uma rota de colisão semelhante à do Brasil no tratamento de sua dívida externa, com a proposta do ministro da Economia, Juan Vital Sourrouille, de capitalização de parte dos juros dos compromissos externos, da separação das dívidas velha e nova e da redução do principal. Sourrouille apresentou ontem suas propostas à comissão provisória do FMI, como ampliação da agenda atualmente em discussão pela comunidade financeira. Hoje, o ministro encaminhará o mesmo texto ao secretário de Estado dos EUA, George Shultz, e à Organização das Nações Unidas.

Apesar dos esforços dos devedores, os bancos privados ainda resistem. Os principais credores do Brasil nos Estados Unidos e na Europa não mostram grande entusiasmo com o novo plano para refinarçar a dívida externa de US\$ 113 bilhões e obter novos recursos no valor de US\$ 10,4 bilhões, segundo informaram ontem os jornais **The New York Times** e **Wall Street Journal**.

De acordo com o **Wall Street**, as propostas brasileiras, apresentadas na última sexta-feira ao comitê de bancos credores, “ignoram muitos aspectos importantes ou os abordam de forma genérica”. Tanto esse jornal como o **The New York Times** acrescentam que os círculos bancários norte-americanos e europeus manifestaram suas reservas quanto ao novo mecanismo de conversão de dívida em títulos a longo prazo elaborado pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Os banqueiros também contestam o pedido brasileiro de dinheiro novo no valor de US\$ 10,4 bilhões, assim como a proposta de que a renegociação da dívida não se aplique margem alguma acima da taxa interbancária de Londres (**Libor**).

Segundo o **Wall Street Journal**, portavozes bancários se disseram “insatisfeitos” pelo fato do plano brasileiro não “tratar diretamente do problema dos juros em atraso, que se elevam a cerca de US\$ 3 bilhões desde que o governo brasileiro declarou a moratória, em 20 de fevereiro último, sobre dívidas no valor de quase US\$ 70 bilhões.

Bônus de alto risco
em troca da dívida, um
negócio lucrativo.

Uma das maiores instituições financeiras dos EUA, a **Drexel Burnham Lambert**, tem um engenhoso plano para comprar parte da dívida externa: pagar com deságio, converter a dívida em investimento na América Latina, emitir e colocar no mercado títulos garantidos por esse investimento que no México poderia ser representado pela indústria petrolífera e, na Bolívia, pelas minas de estanho. Os títulos são os **junk bonds**, que implicam alto risco para o comprador — uma inconveniência compensada pelos altos juros que rendem.